

SAÚDE PÚBLICA

A SOLUÇÃO NÃO É ÚNICA

O Sistema Único de Saúde (SUS), tomado dispositivo constitucional em 1988, pode induzir a população de que é ele a solução única para todos os problemas de saúde – e são muitas – no Brasil.

Nada mais falso: a realidade vem demonstrado, a cada dia, em todo o território nacional, que o SUS se torna crescentemente incapaz de provar minimamente a saúde da população, notadamente de seus segmentos mais desprovidos de recursos.

O SUS vive, hoje, uma situação paradoxal: a sua concepção filosófica é irrepreensível, entretanto, ao ser implementado, o foi de maneira absolutamente irracional e desorganizada, gerando quase sempre desistência, ineficiência e, até mesmo, caos.

Diante desse quadro perverso, comprovável no noticiário diário de toda a imprensa brasileira, é fundamental que outras formas de prestação assistencial à saúde do cidadão sejam desenvolvidas, a fim de que se derive rapidamente do círculo vicioso em que se viva nessa área, considerada de relevância pública, para outro patamar – o círculo virtuoso que redunde em mais atenção à saúde, com qualidade melhor e a preços mais convenientes.

Ninguém nesse país – salvo aqueles cegados pelo ideologismo ou pelo corporativismo – acredita que o SUS tenha condições de reverter a dramática situação em que se encontra, ainda que os recursos financeiros a ele destinados sejam duplicados.

O problema financeiro do SUS é grave, mas não é o único. Outros e graves problemas que afligem o sistema oficial de saúde demandam um gigantesco esforço de superação que, julgamos, o Poder Público não mais tem condições de adotar.

Portanto, é inadiável que se defina, com coragem

política, o papel do Estado e o da iniciativa privada nas ações de saúde, objetivando a mais ampla satisfação do usuário desse bem essencial à vida.

O usuário – repetimos – deve ser encarado como o objetivo maior de uma assistência médica qualitativa e quantitativamente melhor e, toda política nacional de saúde que não obedecer a essa regra essencial, está destinada ao fracasso. O que, aliás, ocorreu com o SUS.

Estimular – e controlar – as formas alternativas de prestação assistencial ao cidadão por intermédio das empresas/entidades de autogestão, medicina de grupo, seguro-saúde, cooperativas de serviço médico etc, deve ser uma preocupação constante do Governo, possibilitando que camadas cada vez mais amplas da população tenham acesso a essas modalidades de serviços.

Por outro lado, recuperando-se uma exitosa prática de passado ainda recente, deve-se buscar, nas empresas, mediante adequado estímulo, a prestação de assistência à saúde de seus empregados e dependentes.

Pretende-se, pois, passar rapidamente de um modelo concentrador e engessador – o atual – para outro, diversificado na prestação, descentralizado na ação e controlado, efetivamente, pelo Estado, pelo usuário e pelas representações dos trabalhadores.

Tudo o mais é discurso vazio daqueles que servem à respectiva ideologia ou corporação, mas deservem grandemente à população que, nas pesquisas da espécie, tem reiteradamente manifestado ser a saúde sua maior preocupação.

EULER RIBEIRO